

Educação A grave crise das escolas particulares

ESTADO DE SÃO PAULO

- 9 DEZ 1986

Em comentários anteriores já nos referimos ao fato de ser difícil convencer tanto as autoridades quanto o público em geral dos aspectos econômicos, em termos de investimentos e custos, que envolvem a Educação. Talvez a incompreensão destes aspectos seja uma das raízes crônicas da crise educacional brasileira, porquanto leva a subestimar-se as necessidades reais de recursos que exige o processo social da Educação, a começar pela remuneração condigna de seus agentes básicos — os professores.

É de todos sabido que os estabelecimentos de ensino privado vieram preencher grandes lacunas em nosso sistema educacional, provenientes tanto da queda de nível qualitativo das escolas da rede oficial — que em nosso Estado já foram das melhores — quanto da redução quantitativa de vagas oferecidas pelo ensino oficial, em proporção à demanda crescente da população. Levando-se em conta que a Educação, apesar de sempre ter sido considerada uma prioridade habitual da retórica política, nunca foi tratada, efetivamente, como uma verdadeira prioridade capaz de captar maciços investimentos públicos para seu desenvolvimento — faja vista o fato de, diante de crises orçamentárias, sucessivos governos terem optado por cortar, em primeiro lugar, verbas para a Educação —, fácil seria imaginar a situação muito pior em que estaríamos se não tivéssemos podido contar — a níveis qualitativo e quantitativo de ensino

— com os estabelecimentos particulares, leigos e confessionais, de primeiro e segundo ciclo.

Se desde o início do Plano Cruzado as entidades mantenedoras e os proprietários de escolas particulares passaram a enfrentar dificuldades em razão do congelamento das mensalidades, sua crise agora se torna aguda: não têm como fazer face às justas reivindicações de reajustes salariais de seus professores — categoria profissional cuja remuneração é das mais distantes em relação às necessidades e altas responsabilidades sociais, inerentes ao próprio trabalho. Tais escolas, muitas em estado de insolvência, correm o risco de ir perdendo seus professores — até porque, permanecendo a economia aquecida e como consequência um índice alto de oferta de empregos, aqueles se sentem tentados a substituir a atividade do ensino por outras quaisquer, que lhes ofereçam remuneração mais condigna. O problema é que a falta de professores, mesmo que por períodos limitados, provoca prejuízos irreversíveis: ou será recuperável o ensino não ministrado no período escolar certo, na correspondente faixa etária dos alunos?

Não basta as autoridades governamentais responderem a essa crise com a ameaça de multas às escolas que descumprirem o congelamento — como têm feito os funcionários da Sunab.

E os pais de alunos que, reunidos em associações, pressionam o governo para não permitir reajustes nas

mensalidades escolares, o que farão quando virem as escolas em que seus filhos estudam fechar as portas, por falta de condições de sobrevivência econômico-financeira?

O governo, por outro lado, que foi sensível às reivindicações dos entregadores de leite, ao ponto de resolver seu problema mediante subsídios, será que não julga a necessidade de fornecimento de educação algo de importância pelo menos equivalente?

Não é possível que se vejam escolas fechadas, sem condições de sobrevivência e que se desprezem por inteiro as reivindicações dos professores dos estabelecimentos particulares, forçando-os a uma evasão da própria profissão.

No bojo dos problemas relacionados a reivindicações de preços e salários, surgidos após a implantação do Plano Cruzado — e, agora, após suas recentes medidas de ajuste —, é necessário ter-se bem em vista que Educação não é uma mercadoria: tem de ser tratada de forma realmente especial, pois é nela que repousa o verdadeiro futuro deste país. Há que se encontrar uma fórmula de impedir o estrangulamento econômico dos estabelecimentos privados de ensino, que absorvem uma parcela substancial de demanda educacional crescente e urgente da população brasileira.

Bem ilustrativo dessa situação por que passam os estabelecimentos de ensino privado, não só neste Esta-

do, mas em todo o País, é o anúncio tristemente criativo — mas que bem sintetiza o problema —, sob a forma de "Nota de Falecimento", feito publicar pelo Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Município do Rio de Janeiro, com os seguintes dizeres: "A escola particular brasileira cumpre o doloroso dever de informar o seu próximo falecimento, vítima da maior crise de sua história. Há dez anos seguidos as mensalidades crescem menos que a inflação e a despesa cresce mais que a receita, tornando impossível manter o nível do corpo docente e a qualidade do ensino. A escola particular prefere morrer a ensinar mal. E com ela morre a liberdade de escolha, a perspectiva de melhores oportunidades profissionais para os jovens e um pouco do futuro do País. A escola particular está morrendo, mas deixa um grito de alerta no ar. É um sonho que permanece. Talvez com uma nova realidade tudo possa viver novamente". E o mesmo anúncio informa que a previsão é a de que 40% das escolas particulares fecharão suas portas em 1987, "a não ser que novos caminhos sejam abertos".

Haverá, da parte do governo da Nova República, que se diz tão preocupado com as questões sociais, sensibilidade suficiente para "descobrir" alguma fórmula capaz de garantir a sobrevivência dos estabelecimentos responsáveis por parte tão significativa de todo o processo educacional brasileiro, questão social das mais relevantes?